



Poesia Moçambicana e a Escrita da História

Josilene Silva Campos
Universidade Estadual de Goiás
josiueg@gmail.com

RESUMO

As literaturas africanas desempenharam um papel muito importante como foco de resistência na luta anticolonial e pela independência. Foram protagonistas de uma guerra que foi também ideológica, seu compromisso para além da arte era criar um sentido histórico para as sociedades submetidas a violência do colonizador. Dentre as narrativas literárias podemos destacar que as poesias que operaram historiograficamente ao se comprometerem com a escrita da história e das experiências passadas das sociedades abaladas pela colonização. A busca e a reescrita do passado, está alinhada com o desejo de libertação do colonizador. Está poesia busca a narrativa da experiência histórica dos povos moçambicanos subjugados como uma contra-narrativa do pensamento colonial que nega a sua historicidade.

Na construção de suas narrativas histórico-literárias das poesias moçambicanas aqui estudadas, é estabelecido um processo de auto-afirmação, de busca de expressão própria. A autoridade e as certezas instituídas pelo discurso hegemônico do colonizador são subvertidas, questionadas, desestabilizadas para produzir um novo discurso híbrido e libertador, em consonância com o momento político de luta pela independência. A percepção da individualidade dessas culturas subalternas cria uma perspectiva de afirmação das diferenças, um pensamento da margem que prima pela lógica da diversidade, da enunciação fraturada e híbrida.

PALAVRAS-CHAVE: Poesia. História. Anticolonialismo. Moçambique. Angola

Tirar do sujeito à legitimidade de produtor de arte e conhecimento, associando este sempre ao colonizador e à sua cultura, é operar dentro das perspectivas de um pensamento dominante (imperialista) que anula a validade do outro. Falar sobre a África, de uma maneira geral, é um exercício de eterna vigilância, pois caímos recorrentemente no erro de legitimar a posição do opressor. Como bem concebeu Mary Pratt (1992), é necessário uma “descolonização do conhecimento” no trabalho intelectual, para que as posturas autoritárias não continuem a se perpetuar.

Esse posicionamento torna-se ainda mais imediato quando pensamos as especificidades próprias do continente africano, as formas de produção dos conhecimentos sobre as áfricas, suas experiências históricas, seus povos e culturas. Ter em mente tais particularidades requer um olhar apurado e aberto a novas formas de conceber o pensamento e a escrita desses conhecimentos. Pensar em História da África (contemporânea) sem levar em consideração a



produção literária é de fato uma postura que deve ser evitada já que aquelas serão as primeiras a se preocupar com a escrita da experiência Histórica.

Uso o termo historicidade neste texto compreendendo-o como “construção do sentido histórico”. Entendendo que as literaturas de Moçambique, estão em consonância com o tipo de função exercida pela disciplina História. Dentre os fatores que contribuíram para tal postura das literaturas, destaco o fato de que a história do tipo acadêmica produzida sobre os povos colonizados era feita pelo colonizador, o que envolvia o problema de enunciação (quem está falando de quem, sobre quais circunstâncias, a partir de onde). Outro complicador é a falta de quadro especializado nativo que fizesse esse trabalho, problema que se arrasta até os dias de hoje. De acordo com Luis Kandjimbo, que reflete sobre a realidade angolana, partindo das considerações do relatório: *Contributos para a Revitalização da Universidade em Angola*, elaborado pela Universidade do Porto. O autor atesta a “inexistência de uma unidade orgânica dedicada às Letras, Humanidades e Ciências Sociais e Humanas” em Angola. Diagnostico que pode perfeitamente ser estendido para o caso de Moçambique.

A literatura moçambicana a partir de seu lugar social inicia um processo de prática de uma escrita que está fundamentalmente comprometida com uma operação historiográfica, isto é, com a construção de um sentido histórico pensado a partir da apropriação de uma realidade vivenciada. Neste sentido, como uma importante baliza o colonialismo precisa ser considerado. Em parte pelo tempo histórico aqui tratado, em parte porque as características dessas poesias são formas de resposta a gramática conceitual do colonizador (povos sem história, sem escrita, sem cultura) empregados para a legitimação do colonialismo.

Pires Laranjeira argumenta que a preferência dos africanos pela poesia, enquanto forma de protesto social, se deve pela facilidade de memorização, o que permitia sua transmissão mais rapidamente já que sua mensagem tinha como finalidade operar uma intervenção na sociedade. Ainda segundo o autor, “a poesia convinha mais a expressão de revolta e à denuncia directa, pontual e emocional de quadros históricos, sociais e políticos” (LARANJEIRA, 1975, p.178). Sem contar, é claro, que a poesia exerceu uma função ideológica vital, principalmente nos



momentos de guerra colonial, ela foi mais um guerrilheiro a ir para o front. Sobre o engajamento da poesia, Manuel de Souza e Silva discorre,

De um lado, estão os que a aceitam, sem restrições, por seu viés político-ideológico: a poesia, entende-se, é o veículo de transmissão e ampliação da revolta. A contraposição é feita por aqueles que a recusam por sua “pouca poeticidade”, por sua “excessiva instrumentalização”, por seu “panfletarismo”, ou seja, por não seguir as receitas da tradição poética. (1996, p.119).

A importância da poesia como arma de combate está representado no fragmento do poema *Motivo* de Costa Andrade:

“Juntei na mão
Os meus poemas
E lancei-os ao deserto
Para que as areias
Se transformem em protesto”

QUESTÕES SOBRE A LITERATURA

Bhabha (1998) explica que um texto literário precisa ser dialético e considerar a heterogeneidade da práxis social, cuja articulação textual deve ser aberta às contribuições exteriores, pois a forma artística é impregnada de marcas sociais e históricas, como uma relação entre a “temporalidade intervalar” e a “realidade intervalar”. Na fronteira entre o tempo e a realidade, “habita uma quietude do tempo e uma estranheza de enquadramento que cria a imagem discursiva na encruzilhada entre história e literatura, unindo a casa e o mundo” (1998, p.35).

Vários historiadores e críticos literários, entre eles Antonio Candido (2000) e Jean-Paul Sarte (1978), apontam que a literatura deve ser distinta da historiografia, mas que a produção literária deve ser respeitada tanto em seu aspecto do passado, enquanto afirmação retrospectiva de cultura, como em sua perspectiva de futuro, pela preservação de valores que asseguram a continuidade de uma cultura hegemônica e porque, na sua materialidade, a obra literária faz circular informações, traz em voga valores e princípios que constituem a literatura como reino específico.



Conforme Candido, “o estudo da função histórico-literária de uma obra só adquire pleno significado quando referido intimamente à sua estrutura, superando-se deste modo o hiato freqüentemente aberto entre a investigação histórica e as orientações estéticas”. (2000, p.172). Ao longo dos tempos, a Literatura e a História mantiveram relações estreitas, uma complementava ou ilustrava a outra. O autor afirma ainda que “a Literatura é um processo histórico, de natureza estética, que se define pela inter-relação das pessoas que a praticam, que criam certa mentalidade e estabelecem certa tradição.” (1995, p.8-9).

O texto literário não é autônomo em relação ao ambiente histórico e cultural em que é produzido. Ele é um modo de projeção das questões e pontos de vista que configuram esse ambiente, sintoniza-se, em alguma medida, com a percepção própria do seu tempo. Noutros termos, a experiência literária não é exclusivamente estética, mas diz respeito a um certo modo de percepção que é histórico-cultural, implica uma escolha discursivo-ideológica daquele que escreve. (CAETANO 2007, p. 3).

A produção artística – aqui particularmente a poesia moçambicana – surge como parte do processo de consolidação das identidades nacionais, por meio de seu caráter de representação. Exemplo disso é a busca de expressão de identidade cultural que a literatura africana vem demonstrando, ao resgatar traços culturais preservados pela oralidade, e através de uma voz de engajamento social, o que confirma o caráter de representação da criação artística, sendo uma projeção que uma sociedade faz de si mesma, buscando representar a realidade, e não apenas reproduzi-la.

Na linguagem artística, há confluência de práxis coletivas, de modo que a estratégia discursiva se configura como uma inserção subjetiva com que o escritor-criador procura reciclar formas estabelecidas, cujo imaginário materializa aspirações que, dialeticamente, não são apenas suas, mas de toda uma coletividade, de modo que a consagração do objeto de arte só se efetiva a partir da articulação entre a produção artística e um engajamento social, através do diálogo da instância discursiva em vários níveis com o conjunto da vida cultural, evocando temas relativos às carências do povo (MAGNANI, 2001, p.31).

Para Magnani (2001), a literatura é elemento transformável e transformador, pela dialética entre a simbologia da obra e a simbologia social, em que o indivíduo atinge o universal,



seja pela liberdade de formas ou pela intertextualidade que permite correlações entre obras de épocas diferentes, o que possibilita à criação literária instituir-se como fator multicultural. Essa condição dialética se explica pelo fato de que a ficcionalidade simboliza um espaço público, compreendendo-se como uma retomada e uma reconfiguração da maneira como uma sociedade simboliza a sua História.

Essa relação História-ficção é um dos elementos que reforçam a função humanizadora da literatura, sobretudo pelas possibilidades de (re)criar, questionar, transformar. A literatura “é uma forma de conhecimento da realidade que se serve da ficção e tem como meio de expressão a linguagem artisticamente elaborada” (D’ONOFRIO, 1999, p.10), ou seja, o próprio conceito de literatura está relacionado ao contexto e ao julgamento de valor, e este julgar relaciona-se com o meio histórico. A obra de arte é como uma síntese de toda potencialidade humana, revelando sua importância, fracassos, negações, levando o ser humano à reflexão. A literatura “não corrompe nem edifica” como convencionalmente a rotulamos, ela traz “livremente em si o que chamamos o bem e o que chamamos o mal, humaniza em sentido profundo, porque faz viver” (CANDIDO, 1972, p.5).

Jobim (1992) esclarece que o autor, ao elaborar sua obra, conhece as delimitações do considerado literário no momento, induzido pelo próprio contexto, pelas normas vigentes. Cada época tem seu quadro de referência, normas estéticas, convenções, visões e valores de mundo para relacionar e constituir a literatura, a partir das quais efetua julgamento.

Na relação Literatura e História, não se deve investigar até que ponto, ou melhor, até onde se estende o discurso literário, ou em que ponto se inicia ou se limita o discurso histórico, mas sim realizar um diálogo produtivo entre estes elementos, conforme a concepção aristotélica da imitação artística da realidade. “È evidente que não compete ao poeta narrar exatamente o que aconteceu, mas sim o que poderia ter acontecido, o possível, segundo a verossimilhança ou a necessidade (...)” (MAGNANI, 2001, p.78).

Assim entendida, a obra literária pode “reciclar o mundo”, de forma que através de um discurso subjetivo, é possível chegar-se à verdade histórica através da literatura, pois “não se trata



de substituir a história pela ficção, mas de possibilitar uma aproximação poética em que todos os pontos de vista contraditórios, mas convergentes, estejam presentes, formando uma representação totalizadora, uma forma privilegiada de se ler os signos da história.” (ESTEVES, 1998, p.12).

Neste pressuposto, pode-se dizer que o texto literário muitas vezes serve de instrumento para retratar a realidade, com intuito de pensar, persuadir, informar, documentar, alertar, refletir ou simplesmente proporcionar prazer ao leitor, mas também como condutor de conhecimentos do mundo, cuja práxis social permite a conscientização de realidade passadas, presentes e de projeções futuras. Para Zilberman (2002), a literatura é metalingüisticamente social e ideológica, tendo como função principal o discurso de compromisso com a realidade, com a história.

TRAJETÓRIAS HISTÓRICAS, PERSPECTIVAS LITERÁRIAS, A POESIA MOÇAMBICANA

A lógica colonialista incorporou o discurso da diferença e inferioridade para justificar as suas ações no Continente Africano. A presença européia seria uma “ajuda” para que os povos superassem seus atrasos e alcançasse a civilização. O modo de viver europeu seria um espelho, um modelo a ser seguido no caminho da evolução humana tendo como um modelo a ser seguido as civilizações européias. Para Fanon (2005), um dos artifícios usados pelo colonizador na sua tarefa de subjugação foi a desvalorização dos sujeitos e do passado dos colonizados.

(...) o colonialismo não se contenta com impor a sua lei ao presente e ao futuro do dominado. O colonialismo não se contenta com encerrar o povo nas suas redes, com esvaziar a cabeça do colonizado de qualquer forma e de qualquer conteúdo. Por uma espécie de perversão da lógica, orienta-se para o passado do povo oprimido, distorce-o, desfigura-o, e aniquila-o. Essa empresa de desvalorização da história anterior à colonização assume hoje o seu significado dialética. (FANON, 2005: p. 244)

Nessa medida, as literaturas africanas nascem como uma recusa à literatura e ao pensamento colonial. Tornam-se um espaço de negação, protesto e reivindicação. A intenção é reescrever sua história, que não será concebida como um simples anexo da história ocidental. Desconstruir a discursividade colonial é uma maneira de reinscrição e reinvenção da África. Na



efetivação desse projeto, que se alinhava na luta contra o colonialismo, e na tentativa de edificar sua história, a literatura lança mão de alguns artifícios que têm como principal objetivo ressaltar a africanidade dessas produções.

A formação e o desenvolvimento das literaturas africanas de língua portuguesa, desde o primeiro livro impresso, em 1849, até à actualidade, passaram pela construção do ideal nacional no discurso. No discurso literário, o nacionalismo foi a antecipação da nacionalidade, modo específico de a escrita se naturalizar como própria de uma Nação-Estado em germinação. A consciência nacional, no discurso literário, atravessou, assim, diversos estádios de evolução, desde meados do século XIX até à actualidade. (LARANJEIRA, 2001, p.185).

A incorporação de elementos da oralidade, a desconstrução gramatical da língua oficial, a mitificação do passado glorioso, o aspecto de denúncia, o intenso compromisso político, o uso de línguas e expressões culturais nativas, representam a ânsia desses escritores em se afastar da perspectiva colonial e fundar algo que pudesse ser visto e identificado como efetivamente africano. A elaboração de um contra-discurso colonialista está presente na poesia *Negra* da poeta moçambicana Noemia de Sousa

Gentes estranhas com seus olhos cheios doutros mundos
Quiseram cantar teus encantos
Para elas só de mistérios profundos, de delírios e feitiçarias...
Teus encantos profundos de África.

Mas não puderam.
Em seus formais e rendilhados cantos,
Ausentes de emoção e sinceridade, quedas-te longínqua, inatingível,
Virgem de contactos mais fundos.
E te mascararam de esfinge de ébano, amante sensual,
Jarra etrusca, exotismo tropical,
Demência, atração, crueldade,
Animalidade, magia...
E não sabemos quantas outras palavras vistosas e vazias.

Nesse caminho, a oralidade é um dos elementos mais importantes que compõem essa estratégia de desconstrução da imagem produzida pelo ocidente em relação à África. A incorporação dessa forma discursiva nas obras literárias é a maneira que os autores encontraram de evidenciar características lingüísticas presentes nas culturas locais, que foram inferiorizadas pelo colonizador, buscavam com essa medida uma maior identificação com as referências



nacionais. A evocação dessa forma de expressão é a legitimação do tipo de conhecimento ancestral que ela produz. A valorização da oralidade é também a exaltação da sabedoria milenar que rege esses povos, e do seu passado glorioso fielmente guardado na memória e repassado verbalmente ao longo das gerações.

Um dos grandes equívocos forjados pelo pensamento ocidental foi pensar a África como um continente ágrafo. A questão se resumia no fato de que se um povo não tem escrita, não tem uma história. Essa simplificação não era inocente, ignorar a singularidade do continente e suas especificidades culturais era a maneira de as potências ressaltarem suas diferenças e firmarem sua superioridade perante o outro. Não era desconhecido dos Europeus que parte da África tinha um moderno sistema de escrita, principalmente em regiões que foram penetradas pelo Islã. Também não é segredo nenhum a antiguidade da escrita egípcia (hieróglifos).

“Seria um erro reduzir a civilização da palavra falada simplesmente a uma negativa ausência do escrever, e perpetuar o desdém inato dos letrados pelos iletrados” (Vansina, apud Fonseca, 2006: 115). Na verdade, o que se tem é uma predominância da oralidade em detrimento da escrita. Mesmo em lugares com escrita, muitas vezes ela era relegada a um plano secundário. O fato de ter sido essencialmente ágrafa não priva a África de ter um passado e um conhecimento legítimo, como alegavam os europeus.

Vale salientar que as oralidades não são algo da “natureza” intrínseco ao africano. Esse tipo de essencialização se mostra perigoso ao atribuir a aspectos culturais a origens biológicas. Segundo Leite, a predominância da oralidade em África é resultante de “condições históricas (...). Apesar disso, muitos críticos partem do princípio da que há algo de ontologicamente oral em África, e que a escrita é um acontecimento disjuntivo e alienígena”. (Leite, 1998: 17).

As literaturas escritas em língua oficial portuguesa coexistem na maleabilidade das narrativas, fazendo coabitar o novo com o antigo, a escrita com a oralidade, num discurso híbrido. Origina uma escrita criativa mestiça, resultante dos diálogos entre formas de textualidade das línguas europeias escritas e formas de textualidade das línguas nativas. As palavras falam da busca de um lugar entre o que poderá ser e o que foi, da procura de uma identidade condicionada ao



exercício constante da sobrevivência nas diferenças. Como bem definiu o escritor moçambicano Mia Couto (2002), o português sozinho não consegue transmitir a realidade africana, há que se usar as potencialidades da língua portuguesa e trabalhá-la inserindo elementos que possam representar os significados da África. Nessa perspectiva, nada mais próprio do que as oralidades, essa “mutação” nada mais é de que uma maneira africana de contar coisas africanas usando a língua portuguesa. O poeta Jorge Viegas nos mostra em sua poesia *Subversão* a importância da transformação lingüística como forma de contestação da ordem instituída.

O pintor subverte a paisagem
O poeta subverte os planos da linguagem
O guerrilheiro subverte os homens sem mensagem.

Subverte, Subvertemos.
Subvertidos fomos.
À subversão devemos
A estatura do que somos.

A incorporação da oralidade é também a introjeção do que a compõe. Os eventos narrados ou cantados pelos chamados detentores da memória social, assumem um papel determinante diante da literatura escrita, já que resguardam do esquecimento os grandes feitos heróicos e as civilizações esplendorosas de épocas passadas, que foram desconsideradas pelo colonizador. A destituição da História Oral do estatuto de legitimidade não foi por acaso ou inocente, mas tratou-se de uma estratégia de negação da historicidade do continente africano.

Voltar ao passado se transforma numa experiência de renovação, de autognose, de dimensionar sua própria existência. Ao colocar em letra e papel as histórias bem conhecidas pelas primorosas memórias, tem-se a oportunidade de se fazer reconhecer e lembrar a si e ao colonizador que grandes reinos e civilizações fizeram parte da África, como o Império da Etiópia, Egito, Núbia, Gana, Songai e Monomotapa. De acordo com a professora Rita Chaves,

Instrumento de afirmação da nacionalidade, a literatura será também um meio de conhecer o país, de mergulhar num mundo de histórias não contadas, ou mal contadas, inclusive pela chamada literatura colonial (...) Personagens lendários são recuperados no recorte que interessava às circunstâncias do momento, o que significa erguer um ponto de vista diverso daquele que até então vigorava. Tratava-se, sem dúvida, de voltar-se contra o processo de reificação que está na base do modo colonial de ver o mundo. (2000, p. 251).



A efetiva presença europeia na África, acompanhada pela violência da dominação, não foi realizada de maneira submissa e pacífica. A resistência à agressão do colonizador foi permanente nesse processo de dominação. Muitas foram as formas e os movimentos de resistência frente ao colonizador. Esses eventos são de extrema importância, já que enfatizá-los é dar luz a importantes indivíduos históricos que fizeram da luta de libertação parte de suas vidas. A partir dessa dialética dominação/resistência, uma nova relação entre subjugador/subjugado se impõe e dita o futuro das sociedades africanas.

A luta contra o colonialismo constituiu-se em negação da submissão secularizada e introjetada no espírito do colonizado. Assume, em virtude disso, o caráter de luta contra todos os valores de que o colonizador é portador e defensor. Por outras palavras, o combate configura a necessidade da busca de valores que afirmem o colonizado e neguem o colonizador. A ruptura pressupõe a recuperação da própria história. (SILVA,1996, p.69).

As literaturas cabo verdianas, são tomenses, guineenses, moçambicana, angolana, configuram-se como um importante instrumento de resistência frente à exploração portuguesa. Uma das estratégias usadas nessa prática é a valorização, da História nacional. A busca pelo orgulho do passado realizado pelos artistas, não se dá unicamente em níveis nacionais, as glórias que são exaltadas são de todos os povos do continente que estão engajadas na luta contra o imperialismo. Essa atitude revela um sentimento de solidariedade e cumplicidade que unia todos em torno de uma experiência e de um objetivo em comum: o colonialismo e a liberdade. Em relação a essa postura de valorização do passado, de maneira continental, Fanon (2005) justifica afirmando que é uma resposta ao colonialismo, já que este também exerceu sua dominação e condenação em nível continental. Segundo o autor,

Esse mergulho não é especificadamente nacional. O intelectual colonizado que decide declarar guerra às mentiras colonialistas trava esse combate à escala do continente. Valoriza-se o passado. A cultura que é arrancada ao passado para ser mostrada em todo o seu esplendor (...). O intelectual colonizado que partiu muito longe do lado da cultura ocidental e que decide proclamar a existência de uma cultura nunca o faz em nome de Angola ou Daomé. A cultura que se afirma é a cultura africana.(FANON, 2005: p.245)

A poesia passa a ser uma bandeira, um estandarte onde a ideologia da libertação é pintada em cores fortes e intensas, as idéias da pátria livre e nação autônoma confundem-se com



a própria arte. Esse mergulho a história do continente, e consequentemente a idéia de uma resistência continental é apresentada pela poesia *Manifesto* de José Craveirinha,

[...]

Oh! E meu peito da tonalidade mais bela do breu
e no embondeiro da nossa inaudita esperança gravado
o tótem mais invencível tótem do Mundo
e minha voz estentórea de homem do Tanganhica,
do Congo, Angola, Moçambique e Senegal.

Ah! Outra vez eu chefe zulo
eu azagaia banto
eu lançador de malefícios contra as insaciáveis
pragas de gafanhotos invasores.
Eu tambor
Eu suruma
Eu negro suaíli
Eu Tchaca
Eu Mahazul e Dingana
Eu Zichacha na confiança dos ossinhos mágicos do tintlholo
Eu insubordinada árvore de Munhuana
Eu tocador de presságios nas teclas das timbilas chopos
Eu caçador de leopardos traiçoeiros
E xiguilo no batuque.
E nas fronteiras de água do Rovuma ao Incomáti
Eu-cidadão dos espíritos das luas
carregadas de anátemas de Moçambique

Em Moçambique e caberá a literatura, especialmente a poesia o compromisso de fundar uma reflexão sobre a experiência que fora vivenciada pelas populações. Serão as primeiras a relatar um passado (ainda que mítico), a construir um tipo de História, de narrativa, de experiência comum àqueles povos subjugados pelo colonialismo. Serão também, as primeiras a refletir o sentimento anticolonial e independentista a criar uma idéia de nação e compartilhar um sentido de pertencimento comum.

REFERÊNCIAS

ABDALA JUNIOR, Benjamim. *Literatura: história e política*. São Paulo: Ática, 1989.

BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.



CAETANO, Marcelo José. *O enigma de Muana Puó*. Scripta. Delo Horizonte, V.I, n.I, 267-282, 2ºsem. 2004.

—————. *Itinerários Africanos: Do colonial ao Pós-colonial nas Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*. v.4 Anos.IV, nº. 2, 2007.

CÂNDIDO, Antonio. *A Literatura e a Formação do Homem*. Ciência e Cultura. São Paulo v.24, n.9, 1972.

—————. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000.

CAVACAS, Fernanda. *Mia couro: palavra orla de sabor cotidiano/palavra escrita de saber literário*. In Chaves, Rita. *Marcas da diferença. As literaturas africanas de língua portuguesa*. São Paulo: Alameda, 2006.

D'ONOFRIO, Salvatore. *Teoria do Texto* 2º ed. São Paulo: Ática, 1999.

ESTEVES, A.T. *O novo romance Histórico brasileiro*. In: ANTUNES, L.Z. (org) *Estudos de Literatura e Lingüística*. São Paulo: Arte & Ciência, 1998, p.123-158.

CHABAL, Patrick. *Vozes Moçambicanas. Literatura e Nacionalidade*. Porto: Veja, 1994.

CHAVES, Rita. *Angola e Moçambique Experiência Colonial e Territórios Literários*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

—————. *O Passado Presente na Literatura Angolana*. SCRIPTA, Belo Horizonte, v.3, n.6, p. 245-257, 1ºsem. 2000.

FANOM, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

FERREIRA, Manoel. *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. São Paulo: Ática, 1987.

FONSECA, Dagoberto José. *As relações Brasil- África subsaariana: oralidade, escrita e analfabetismo*. In: CHAVES, Rita. *Brasil e África como se o mar fosse mentira*. São Paulo: Unesp, 2006.

GARCIA, Simone. *Canudos: história e literatura*. Curitiba: HD Livros, 2002.

HAMILTON, Russell G. *Literatura Africana Literatura Necessária II- Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Edições 70, 1984.

HAMPATÉ BÂ, A. *A tradição viva*. In KIZERBO, J. *História Geral da África Metodologia e pré-história da África*. São Paulo: Ática, Paris: UNESCO, 1982.

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula*. São Paulo: Selo Negro, 2005.



—————. *Os Filhos da Terra do Sol*. São Paulo: Selo Negro, 2002

LARANJEIRA, PIRES. *Mia Couto e as literaturas africanas de língua portuguesa*. Revista de Filologia Românica. Anejos, 185-205, 2001.

LEITE, Ana Mafalda. Empréstimos da Oralidade na Produção e Crítica Literárias Africanas. IN *Oralidades & Escritas nas Literaturas Africanas*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

—————. *Literaturas Africanas e formulações Pós-Coloniais*. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

MAGNANI, Maria do Rosário M. *Leituras, Literatura e Escola*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARGARIDO, Alfredo. *Estudo sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*. Lisboa: A regra do Jogo, 1980.

MATA, Inocência. *A Alquimia da Língua Portuguesa nos Portos da Expansão em Moçambique, com Mia Couto*. Scripta. Belo Horizonte, v.1, n.1, p.262-268, 1ºsem, 1998

—————. *Pepetela: um escritor (ainda) em busca da utopia*. SCRIPTA, Belo Horizonte, v.3, n.5, p. 243-259, 2º sem. 1999.

MATUSSE, Gilberto. *A representação literária da identidade na literatura moçambicana: Cravieirinha*. In: Scripta, Belo Horizonte, V.1, N.1, p. 185-195, 2º sem. 1997.

MENDONÇA, Fátima. *O conceito de nação em José Craveirinha, Rui Knopfli e Sérgio Vieira*. Via Atlântica, n.5, out. 2002.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Tradução Jézio Hernani Bonfim Gutierre. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999. 394 p.